

Não devemos pagar a dívida

As recentes viagens do ministro Dilson Funaro e do presidente Sarney aos Estados Unidos nosso principal credor deixam bem claro uma coisa.

A solução do problema da dívida externa brasileira passa por um grande acordo de nível internacional entre países devedores e países credores sobre o que realmente constitui "dívida". É o que não passa de espolição escriturada, artifícios contábeis, juros manipulados e "spreads" impostos.

Essa renegociação (obviamente) terá que ser feita de governo a governo, em decisões bilaterais ou multilaterais. No entanto, para que ela se realize, o único meio de conseguir a disposição dos governos credores para essa renegociação é a suspensão conjunta de pagamentos por parte de governos devedores (moratória, sim), até que novos acordos de pagamento sejam obtidos.

Não é possível aceitar, como estamos fazendo há anos (em sucessivas e patéticas missões ao exterior que até mesmo deixam mal a nossa tradicional e eficiente diplomacia) que os países credores tenham a prerrogativa de emitir poder aquisitivo internacional em suas próprias moedas (dólares) expandindo crédito sem lastros determinados a países pobres, manipulando as taxas de juros desses mesmos créditos elevando-os ao sabor de seus interesses. É o que é pior: acrescentando ainda sobretaxas (**spreads**) por conta de um risco que é avaliado tão somente por seus (deles) critérios.

Não podemos aceitar tais práticas porque se constituem num processo de espolição sem precedentes no mundo e que no passado já exauriu a economia das nações que o aceitaram. E por isso foram obrigadas a arrojar a fronte ao pó, ou vender parte de seu território.

As dificuldades de resgate de dívidas externas que hoje enfrentam países grandes exportadores de petróleo (como o México, a Venezuela e o Equador); países autosuficientes em petróleo (como a Argentina); ou países dependentes de petróleo (como Brasil) mostram com bastante clareza que o fator determinante do quadro de insolvência das contas externas dos países do Terceiro Mundo não foi o choque do petróleo mas o "conto da dívida".

É muito estranha a permissividade de nossas autoridades financeiras. Durante anos elas fecharam os olhos

para uma expansão creditícia que desrespeitou todas as regras da prudência. Centenas de milhões de dólares foram se acumulando nos últimos quinze anos no passivo de países que tomaram esses empréstimos a taxas muito baixas no início. Mas que na verdade eram "taxas flutuantes", que acabaram por subir astronomicamente, resultando na asfixia das economias endividadas.

Os empréstimos internacionais foram feitos num momento que os petrodólares abundavam no mercado internacional e como todos os empréstimos, operações sujeitas a riscos: a ganhos ou perdas. No caso dos países do Terceiro Mundo, graças às taxas de juros escorchantes eles já foram cobrados várias vezes. Eles mantiveram o fluxo das correntes monetárias, gerando lucros imensos durante anos a fio e agora chegou o momento de terem sua quota de perda.

O pagamento da dívida externa brasileira não mais se justifica por nenhum critério de tipo econômico ou até mesmo financeiro. O argumento de que o petróleo seria cortado em caso de não pagamento da dívida só pode se manter porque (na verdade) dependemos de grupos multinacionais para importar petróleo quando esses acordos deveriam sempre ser de governo a governo, seja com o Irã, o Iraque, a Venezuela, o México, os Estados Unidos ou a URSS.

O mecanismo de funcionamento do endividamento externo já está mais do que desvendado. Toda a Nação sabe bem o preço de seu resgate. E não está disposta a pagá-lo às custas da miséria da população, do desemprego, do desmantelamento da indústria e da agricultura nacionais e do próprio estrangulamento do regime capitalista da livre empresa no Brasil.

O capitalismo é dinâmico e renovador. Não pode conviver com a recessão, com a estagnação, com o retrocesso.

Seria interessante apoiar a ação de uma espécie de Comitê para o não pagamento da Dívida Externa. Chega de questiúnculas provincianas. Vamos voltar ao debate da questão nacional. Vamos discutir Carajás, dívida externa, informática nacional, espolição de nossos minérios...

Paulo Ramos Derengoski é empresário rural e escritor